

Universidade Aberta

Caderno de Apoio

Sumários Desenvolvidos de Introdução ao Direito do Ambiente*

Paulo Manuel Costa

2014

* Este texto é uma versão *draft*, não revista, pelo que pode conter algumas gralhas. A sua disponibilização destina-se apenas a servir de instrumento de apoio ao estudo pelas/os estudantes da unidade curricular de Introdução ao Direito do Ambiente.

1. Introdução

O aumento do conhecimento científico sobre o modo como as actividades humanas interferem com os recursos naturais e o despertar da população e das autoridades públicas para a necessidade de defender o ambiente, deram um grande impulso à protecção jurídica do ambiente. Deste modo, e embora seja um ramo de direito ainda relativamente recente, o Direito do Ambiente tem tido um considerável desenvolvimento. Para além da consolidação de conceitos e de instrumentos jurídicos gerais, temos verificado um incremento da produção legislativa e uma progressiva especialização em ramos especiais de direito do ambiente, como a energia ou os resíduos. Esta especialização é quase uma necessidade, para se conseguir acompanhar o ritmo da produção legal e da variedade de soluções legais a aplicar a um crescente número de situações da vida diária.

Nesta unidade curricular, e como a própria designação sugere, iremos fazer uma introdução ao estudo do Direito do Ambiente. Na sua organização teve-se em atenção que a unidade curricular é oferecida em cursos que não são de Direito e para estudantes que, tendencialmente, têm poucas competências jurídicas, a não ser aquelas obtidas em unidades curriculares de Introdução ao Direito.

Este caderno de apoio foi elaborado para facultar um documento que sintetize o modo como a unidade curricular de Introdução ao Direito do Ambiente está estruturada, de forma a que as/os estudantes das licenciaturas em Ciências do Ambiente e em Ciências Sociais possam mais facilmente organizar o seu estudo. Como tal, o caderno de apoio não é um texto alternativo de estudo, mas complementar dos recursos didácticos disponibilizados nas turmas. Por isso, e dado o seu carácter, foi adoptada uma estrutura de lições, com a apresentação dos respectivos sumários, tendo a sua divisão sido feita com base num critério temático, em detrimento da duração estimada de cada uma dessas lições. Para além da indicação dos conteúdos trabalhados, são ainda apresentadas referências bibliográficas, jurisprudenciais e legais de modo a permitir a quem esteja interessada/o o aprofundamento dos temas abordados.

2. Objectivos gerais da unidade curricular

A unidade curricular de Introdução ao Direito do Ambiente visa os seguintes objectivos:

- 2.1. Sensibilizar as/os estudantes para a necessidade de um ramo de direito autónomo que assegure a protecção jurídica do ambiente.
- 2.2. Dotar as/os estudantes com conhecimentos que lhes permitam compreender as vantagens e os desafios colocados pela emergência deste novo ramo de direito.
- 2.3. Promover a apreensão dos principais conceitos e institutos do Direito do Ambiente.

3. Competências a adquirir

No final da unidade curricular, pretende-se que as/os estudantes sejam capazes de:

- 3.1. Apresentar as noções fundamentais do Direito do Ambiente, os seus conceitos operacionais e os princípios gerais.
- 3.2. Indicar as principais normas jurídicas que regulam a protecção do ambiente.
- 3.3. Enunciar os mecanismos utilizados para controlar e fiscalizar a aplicação das normas jurídicas ambientais.
- 3.4. Identificar as consequências jurídicas associadas ao não cumprimento das normas de protecção ambiental.

4. Programa

O plano de estudos da unidade curricular é constituído pelas seguintes temáticas:

Capítulo I - A abordagem jurídica do Ambiente

Capítulo II - Os princípios do Direito do Ambiente

Capítulo III - O ordenamento jurídico ambiental

Capítulo IV - Os modelos de regulação do ambiente

Capítulo V - A reacção às condutas violadoras do ambiente

5. Bibliografia geral

Como bibliografia principal da unidade curricular são indicadas as seguintes obras:

Bell, Stuart e McGillivray, Donald (2008), *Environmental Law*, seventh edition, Oxford: Oxford University Press.

Bodansky, Daniel, et al. (2008), *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, Oxford: Oxford University Press.

Canotilho, José Joaquim Gomes (1998), *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa: Universidade Aberta.

Gomes, Carla Amado (2014), *Introdução ao Direito do Ambiente*, 2.ª edição, Lisboa: AAFDL.

Gomes, Carla Amado (2008), *Textos Dispersos de Direito do Ambiente (e matérias relacionadas) – II Vol.*, Lisboa: AAFDL.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Direito do Ambiente: Legislação Básica*, 2.ª edição revista e actualizada, Ed. Bubok.

Paradell-Trius, Lluís (2000), "Principles of International Environmental Law: an Overview", *Review of European Community and International Environmental Law*, pp. 93-99.

Rocha, Mário de Melo (2003), Estudos de Direito do Ambiente: Sessões do Seminário de 2002 de Direito do Ambiente, Porto: Publicações Universidade Católica.

Slazman, James e Thompson (Jr.), Barton H. (2007), Environmental Law and Policy, Second Edition, New York: Foundation Press.

Sands, Philippe (2007), Principles of International Environmental Law, second edition, fourth printing, Cambridge: Cambridge University Press.

Recursos on-line:

Agência Europeia do Ambiente: <http://www.eea.europa.eu/pt>

Agência Portuguesa do Ambiente: <http://www.apambiente.pt/index.php>

Diário da República Electrónico: <https://dre.pt/>

EUR-Lex (Jornal Oficial da União Europeia): <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html?locale=pt>

European Commission – Environment: http://ec.europa.eu/environment/index_en.htm

United Nations Environment Programme: <http://www.unep.org/>

Sumários desenvolvidos

Capítulo I

A abordagem jurídica do Ambiente

Neste capítulo iremos analisar o modo como a política perspectiva o problema da protecção ambiental e como isso se reflecte na regulação jurídica, nomeadamente, na fundamentação da necessidade dessa protecção pelo Direito, no modo como esta se pode efectivar e nos desafios que isso coloca aos decisores e aos juristas. A elevada tecnicidade de muitos problemas ambientais, a incerteza sobre as causas e os efeitos de vários fenómenos de degradação ambiental ou o problema do risco, são exemplos que questionam os tradicionais modelos de decisão política e colocam dificuldades à aplicação dos instrumentos jurídicos tradicionais.

Objectivos específicos de aprendizagem

No final deste capítulo, pretende-se que as/os estudantes sejam capazes de:

- a) Identificar os desafios e os problemas que a protecção ambiental coloca à decisão política e à regulação jurídica.
- b) Explicar a diferença entre um conceito amplo e um conceito restrito de ambiente e as implicações para a protecção jurídica do ambiente.
- c) Justificar a autonomia científica do Direito do Ambiente face aos outros ramos de Direito, nomeadamente, o Direito Administrativo.

Lição n.º 1 – O ambiente, a política e a protecção jurídica*Sumário:*

1. Introdução.
2. O Ambiente e a política.
3. O Ambiente e o Direito.

*Conteúdos:****1. Introdução***

A importância do ambiente para a vida humana. Os processos de degradação ambiental que afectam os recursos naturais. As razões económicas e jurídicas e os valores predominantes na sociedade que explicam que durante muito tempo tenha existido uma menor preocupação com a protecção do ambiente. A mudança promovida pelo conhecimento científico, o impacto de certas actividades humanas sobre o ambiente e a maior sensibilização pública e política.

2. O Ambiente e a política

A actividade política como forma de resolução de conflitos de interesses. Os benefícios e os custos das opções políticas. A conciliação da protecção do ambiente com o prosseguimento de outros interesses importantes para a comunidade, nomeadamente os económicos. A participação no processo de decisão política. A decisão técnica e a decisão política; a ciência e a política. A incerteza e o risco. A dimensão nacional e internacional da protecção ambiental. O antropocentrismo e o ecocentrismo.

3. O Ambiente e o Direito

O ambiente como bem jurídico. A ainda pouca consolidação do corpo conceptual do Direito do Ambiente. A utilização de conceitos e institutos de outros ramos de direito. A preferência pela prevenção dos danos ambientais e o problema do risco.

Bibliografia específica

Barry, John (1999), *Rethinking Green Politics: Nature, Virtue and Progress*, London: Sage Publications.

Baxter, Brian H. (2000), "Ecological Justice and Justice as Impartiality", *Environmental Politics*, vol. 9, n.º 3, pp. 43-64.

Beck, Ulrich (1998), *La Sociedad del Riesgo: Hacia una Nueva Modernidad*, Barcelona: Ediciones Paidós.

Beckman, Ludvig (2008), "Do global climate change and the interest of future generations have implications for democracy?", *Environmental Politics*, vol. 17, n.º 4, pp. 610-624.

Brulle, Robert J. (2002), "Habermas and Green Political Thought: Two Roads Converging", *Environmental Politics*, vol. 11, n.º 4, pp. 1-20.

- Bryant, Raymond L. (2008), "The Political Ecology of Environmental Management in the Developing World", *ARBOR – Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. CLXXXIV, n.º 729, pp. 5-17.
- Collins, Lynda (2007), "Environmental Rights for the Future? Intergenerational Equity in the EU", *RECIEL*, vol. 16, n.º 3, pp. 321-331.
- Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 1: Ambiente, política e protecção jurídica, <http://hdl.handle.net/10400.2/3480>
- de-Shalit, Avner (2006), "Thirty Years of Environmental Theory: From Value Theory and Meta-Ethics to Political Theory", *Critical Review of Internacional Social and Political Philosophy*, vol. 9, n.º 1, pp. 85-105.
- de-Shalit, Avner (2000), *The Environment: Between Theory and Practice*, Oxford: Oxford University Press.
- de-Shalit, Avner (1995), "Is Liberalism Environment-Friendly?", *Social Theory and Practice*, vol. 21, n.º 2, pp. 287-314.
- Desjardins, Joseph R. (2013), *Environmental Ethics: An Introduction to Environmental Philosophy*, fifth edition, Boston: Wadsworth.
- Desai, Udai (2002), *Environmental Politics and Policy in Industrialized Countries*, Cambridge: The MIT Press.
- Dobson, Andrew (2007), *Green Political Thought*, fourth edition, Taylor & Francis e-library.
- Dobson, Andrew e Lucardie, Paul (2003), *The Politics of Nature: Explorations in green political theory*, Taylor & Francis e-library.
- Dryzek, John S. et al. (2003), *Green States and Social Movements: Environmentalism in the United States, United Kingdom, Germany, and Norway*, Oxford: Oxford University Press.
- Eckersley, Robyn (2004), *The Green State: Rethinking Democracy and Sovereignty*, Cambridge: The MIT Press.
- Ekeli, Kristian Skagen (2005), "Giving Voice to Posterity – Deliberative Democracy and Representation of Future People", *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, n.º 18, pp. 429-450.
- Garcia, Maria da Glória F. P. D. (2007), *O Lugar do Direito na Protecção do Ambiente*, Coimbra: Edições Almedina.
- Hardin, Garrett (1968), "The Tragedy of the Commons", *Science*, volume 162, pp. 1243-1248.
- Hillerbrand, Rafaela e Karlsson, Rasmus (ed.) (2008), *Beyond the Global Village. Environmental Challenges inspiring Global Citizenship*, Oxford: Inter-Disciplinary Press.
- Jayal, Niraja Gopal (2001), "Balancing Political and Ecological Values", *Environmental Politics*, vol. 10, n.º 1, pp. 65-88.
- Kiss, Alexandre e Shelton, Dinah (2007), *Guide to International Environmental Law*, Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- Lacy, Mark J. (2002), "Deconstructing Risk Society", *Environmental Politics*, vol. 11, n.º 4, pp. 42-62.

- Meadows, Donella et. al. (1972), *The Limits of Growth: A Report for The Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, Potomac Associates Book.
- Meyer, Anja (2001), "International Environmental Law and Human Rights: Towards the Explicit Recognition of Traditional Knowledge", *RECIEL*, vol. 10, n.º 1, pp. 37-46.
- Meyer, John M. (2006), "Political Theory and the Environment", John S. Dryzek et al. (ed.), *The Oxford Handbook of Political Theory*, pp. 773-791.
- Naess, Arne (2001), *Ecology, community and lifestyle: Outline of an Ecosophy*, reprinted, Cambridge: Cambridge University Press.
- Neto, Leon Farhi (2006), "Concepções Filosóficas Ambientalistas: Uma análise das diferentes perspectivas", *ethic@*, vol. 5, n.º 3, pp. 33-56.
- Philippopoulos-Mihalopoulos, Andreas (2007), *Absent Environments: Theorising Environmental Law and the City*, Oxon: Routledge-Cavendish.
- Salles, Paulo Benincá de (2006), "Filiações Teóricas do Ambientalismo Liberal, Libertário e Socialista", *ethic@*, vol. 5, n.º 3, pp. 57-67.
- Stephens, Piers H. G. (ed.) (2006), *Contemporary Environmental Politics: From margins to mainstream*, Oxon: Routledge.

Recursos on-line

Hardin, Garrett (1968), "The Tragedy of the Commons", *Science*, volume 162, pp. 1243-1248

<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>

Legislação principal

Constituição Portuguesa (artigo 66.º)

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Declaração de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, 1972

http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf

Declaração do Rio - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, 1992

http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1992_Declaracao_Rio.pdf

Lição n.º 2 – Introdução ao Direito

Sumário

1. Os conceitos de Direito, Estado e Lei.
2. As fontes de Direito.
3. A interpretação da lei.
4. A aplicação da lei.
5. A integração de lacunas.
6. Ramos de Direito

Conteúdos

1. Os conceitos de Direito, Estado e Lei

O direito como o conjunto de regras de conduta social que estabelecem padrões de conduta obrigatórios para as relações sociais e cujo cumprimento pode ser imposto coercivamente. O Estado é o conjunto de instituições que permitem à nação o exercício do poder político soberano sobre um dado território, no qual detém o monopólio do uso da força. O Estado de direito. A Lei em sentido material e em sentido formal. A hierarquia das normas jurídicas.

2. As fontes de Direito

A fonte de direito como o modo pelo qual se formam ou revelam as normas jurídicas. A lei. O costume. A jurisprudência. A doutrina.

3. A interpretação da lei

A determinação do conteúdo e do alcance da norma jurídica. O elemento literal; o elemento lógico; o elemento sistemático; o elemento histórico. Modalidades de interpretação da lei: literal; declarativa; extensiva; restritiva; enunciativa; abrogante.

4. A aplicação da lei

A regulação de uma situação concreta por uma norma jurídica. A publicação da lei e a sua entrada em vigor – a *vacatio legis*. A aplicação de leis no tempo e o princípio geral de que a lei posterior revoga a lei anterior.

5. A integração de lacunas

A detenção de uma lacuna e o método para encontrar uma solução jurídica para um caso concreto que deveria ter sido regulada juridicamente, mas não o foi. A analogia e as excepções à aplicação analógica. O preenchimento da lacuna pela “criação” de uma norma jurídica pelo intérprete.

6. Ramos de Direitos

Noção. Distinção entre ramos de direito público e ramos de direito privado.

Bibliografia específica

Ascensão, José de Oliveira (2013), O Direito – Introdução e Teoria Geral: Uma perspectiva Luso-Brasileira, 13.ª edição (reimpressão), Coimbra: Almedina.

Castro Mendes, João (2010), Introdução ao Estudo do Direito, 3.ª edição, Editor Pedro Ferreira.

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 2: Introdução ao Direito e ao Direito do Ambiente, <http://hdl.handle.net/10400.2/3481>

Telles, Inocência Galvão (2010), Introdução ao estudo do Direito, Coimbra: Coimbra Editora.

Machado, J. Baptista (2014), Introdução do Direito e ao Discurso Legitimador, Reimpressão, Coimbra: Almedina.

Legislação principal

Código Civil

<http://tinyurl.com/nw72ozs>

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro

<http://tinyurl.com/lrlbo4q>

Lição n.º 3 – Direito do Ambiente: primeiras noções

Sumário

- 1 – A noção de Direito do Ambiente.
- 2 – O conceito amplo e restrito de Ambiente.
- 3 – A autonomia científica do Direito do Ambiente.

Conteúdos

1 – A noção de Direito do Ambiente

O Direito do Ambiente como o conjunto de normas jurídicas que regulam a utilização e a protecção dos recursos naturais, com vista a assegurar um desenvolvimento sustentável, assente no respeito pela biodiversidade e pela qualidade de vida dos seres humanos.

2 – O conceito amplo e restrito de Ambiente

O objecto do Direito do Ambiente. O conceito amplo de Ambiente que inclui os componentes ambientais naturais e humanos e o conceito restrito de ambiente que o restringe apenas aos componentes ambientais naturais.

3 – A autonomia científica do Direito do Ambiente

A relação do Direito do Ambiente com o Direito Administrativo, o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito do Urbanismo e o Direito do Ordenamento do Território. Os fundamentos da autonomia científica do Direito do Ambiente. A classificação do Direito do Ambiente como um ramo de Direito Público.

Bibliografia específica

Amaral, Freitas do (1994), “Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente: Objecto, Autonomia e Distinções, Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente, n.º 1, pp. 11-22.

Amaral, Freitas do (2014), Curso de Direito Administrativo, Volume I, Reimpressão da 3.ª edição, Coimbra: Livraria Almedina.

Beleza, Teresa Pizarro (1985), Direito Penal, 1.º volume, Lisboa: AAFDL.

Bell, Stuart e McGillivray, Donald (2008), Environmental Law, seventh edition, Oxford: Oxford University Press.

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 2: Introdução ao Direito e ao Direito do Ambiente, <http://hdl.handle.net/10400.2/3481>

Galvão, Sofia de Sequeira (2003), “Direito do Ambiente e Direito do Urbanismo”, Mário de Melo Rocha (coord.), Estudos de Direito do Ambiente, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 63-75.

Hayward, Tim (2005), Constitutional Environmental Rights, Oxford: Oxford University Press.

Recursos on-line

Gomes, Carla Amado (s/d), O ambiente como objecto e os objectos do Direito do Ambiente

<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19332-19333-1-PB.pdf>

Legislação principal

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Capítulo II

Os princípios do Direito do Ambiente

Neste capítulo iremos conhecer os princípios de Direito do Ambiente, enquanto instrumento de suporte para a identificação das melhores soluções jurídicas para a resolução de problemas ambientais. Para além disso, iremos apreciar como estes princípios determinam as opções de estruturação do Direito do Ambiente.

Objectivos específicos de aprendizagem

- a) Indicar uma noção de princípios gerais de Direito e enunciar as suas funções principais.
- b) Distinguir os princípios de Direito (em sentido estrito) dos princípios de política pública.
- c) Enumerar e descrever o conteúdo dos principais princípios do Direito do Ambiente.
- d) Distinguir os vários princípios do Direito do Ambiente.
- e) Apresentar exemplos concretos que demonstrem a aplicação dos princípios do Direito do Ambiente.

Lição n.º 4 – Os princípios de Direito

Sumário

1 – Noção de princípio de Direito.

2 – Distinção entre princípios de Direito em sentido restrito e princípios de política pública.

Conteúdos

1 – Noção de princípio de Direito

Os princípios enquanto directrizes úteis para determinar a solução a adoptar para um caso concreto, servindo de suporte às actividades de interpretação e de aplicação das normas jurídicas. A distinção entre princípios, políticas e normas.

2 – Distinção entre princípios de Direito em sentido restrito e princípios de política pública

A distinção entre princípios que permitem identificar uma solução para uma situação concreta e os princípios com um cariz mais procedimental que estabelecem orientações quanto ao modo como uma determinada política deverá ser aprovada e implementada. Os princípios de política pública não visam dar indicações para regular substantivamente uma situação, mas antes garantir que a solução que venha a ser encontrada é a melhor e a mais eficaz, porque foram observadas certas exigências quanto à participação, debate e aprovação das medidas políticas e jurídicas. Exemplos.

Bibliografia geral

Bell, Stuart e McGillivray, Donald (2008), *Environmental Law*, seventh edition, Oxford: Oxford University Press.

Beyerlin, Ulrich (2008), “Different types of norms in international environmental law: Policies, principles, and rules”, Daniel Bodansky, Jutta Brunnée e Ellen Hey, *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, pp. 425-448.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>

Dias, Augusto Silva (2008), *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo e genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, José Eduardo de Oliveira Figueiredo (1997), *Tutela Ambiental e Contencioso Administrativo (Da Legitimidade Processual e das suas Consequências)*, Boletim da Faculdade de Direito – *Studia Iuridica* 29, Coimbra: Coimbra Editora.

Dworkin, Ronald (1978), *Taking Rights Seriously*, Cambridge: Harvard University Press.

Gomes, Carla Amado (2008), *Textos Dispersos de Direito do Ambiente (e matérias relacionadas) – II Vol.*, Lisboa: AAFDL.

Maes, Franc (2007), “Los Principios de Derecho Ambiental, su naturaleza y sus relaciones com el Derecho Internacional Marítimo. Un cambio para los legisladores nacionales”, Anuario Mexicano de Derecho Internacional, volume VII, pp. 189-225.

Paradell-Trius, Lluís (2000), “Principles of International Environmental Law: an Overview”, Review of European Community and International Environmental Law, pp. 93-99.

Sands, Philippe (2007), Principles of International Environmental Law, second edition, fourth printing, Cambridge: Cambridge University Press.

Legislação principal

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Lição n.º 5 – Os princípios da prevenção e da precaução

Sumário

- 1 – O princípio da prevenção. Noção e exemplos.
- 2 – O princípio da precaução. Noção e exemplos.
- 3 – Distinção entre os dois princípios.

Conteúdos

1 – O princípio da prevenção: noção e exemplos

A necessidade de actuar antecipadamente para evitar a produção de um dano é um princípio basilar do Direito do Ambiente. Para isso, é necessário que uma certa acção ou omissão que se pretende evitar seja apta para produzir um determinado dano ambiental. Exemplos.

2 – O princípio da precaução: noção e exemplos

A necessidade de uma actuação prévia ocorre em face da incerteza científica sobre a aptidão de uma dada acção ou omissão para produzir um determinado dano no ambiente. Apesar dessa incerteza, a mera possibilidade de se produzir um dano é suficiente para fundamentar a intervenção. A necessidade da existência de uma certa evidência científica. A inversão do ónus da prova. Exemplos. As críticas à aplicação do princípio da precaução.

3 – Distinção entre os dois princípios

Ambos preconizam uma intervenção antecipatória para evitar a produção de um dano ambiental. O conhecimento da aptidão de uma certa acção para produzir um determinado dano; a incerteza científica. A ocorrência do dano. O ónus da prova.

Bibliografia específica

COMEST (2005), Informe del Grupo de Expertos sobre el principio precautorio, Paris: UNESCO.

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>

Douma, Wybe Th. (2000), “The Precautionary Principle in the European Union”, RECIEL, vol. 9, n.º 2, pp. 132-143.

Peel, Jacqueline (2009), “Interpretation and Application of the Precautionary Principle: Australia's Contribution”, RECIEL, vol. 18, n.º 1, pp. 11-25.

Sadeleer, Nicolas de (2009), “The Precautionary Principle as a Device for Greater Environmental Protection: Lessons from EC Courts”, RECIEL, vol. 18, n.º 1, pp. 3-10.

Salvo, C. J. Pereira Di e Raymond, Leigh (2010), “Defining the precautionary principle: an empirical analysis of elite discourse”, Environmental Politics, volume 19, n.º 1, pp. 86-106.

- Trouwborst, Arie (2009), "The Precautionary Principle and the Ecosystem Approach in International Law: Differences, Similarities and Linkages", *RECIEL*, vol. 18, n.º 1, pp. 26-37.
- Tsioumani, Elsa (2004), "The Genetically Modified Organisms in the EU: Public Attitudes and Regulatory Developments", *RECIEL*, vol. 13, n.º 3, pp. 279-288.
- Walter, Reece (2011), *Eco Crime and Genetically Modified Food*, Oxon: Routledge.
- Wiener, Jonathan B. (2008), "Precaution", in Daniel Bodansky, Jutta Brunnée e Ellen Hey (eds.), *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, Oxford: Oxford University Press, pp. 597-612.

Recursos on-line

- Comissão Europeia (2000), Comunicação da Comissão relativa ao princípio da precaução, COM(2000) 1 final, http://ec.europa.eu/dgs/health_consumer/library/pub/pub07_pt.pdf

Legislação principal

- Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao
- Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Jurisprudência

- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 98A200, de 23 de Setembro de 1998, www.stj.pt, acedido a 24 de Julho de 2012.
- Acórdão Afton, de 8 de Julho de 2010, Proc. n.º C-343/09, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 26 de Outubro de 2010.
- Acórdão Comissão vs. Alemanha, de 10 de Janeiro de 2006, Proc. n.º C-98/03, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 29 de Outubro de 2010.
- Acórdão Comissão Europeia vs. França, de 28 de Janeiro de 2010, Proc. n.º C-333/08, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 29 de Outubro de 2010.
- Acórdão Monsanto e outros, de 9 de Setembro de 2003, Proc. n.º C-236/01, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 31 de Outubro de 2010.
- Acórdão Nationale Raad van Dierenkwekers en Liefhebbers VZW e Andibel VZW, de 19 de Junho de 2008, Proc. n.º C-219/07, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 26 de Outubro de 2010.
- Acórdão Total, de 24 de Junho de 2008, Proc. n.º C-188/07, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 26 de Outubro de 2010.
- Acórdão Waddenvereniging e Vogelbeschermingsvereniging, de 7 de Setembro de 2004, Proc. n.º C-127/02, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 29 de Outubro de 2010.

Lição n.º 6 – Os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador

Sumário

O princípio do poluidor-pagador e do utilizador-pagador. Noção e exemplos.

Conteúdos

O poluidor deverá ser obrigado a suportar um custo pelos danos causados pela poluição produzida sobre o ambiente. A compensação monetária pelos danos produzidos e a prevenção de novos danos. Distinção entre o poluidor-pagador e o utilizador-pagador. Exemplos.

Bibliografia específica

Castro, Luis Fernando et al. (2002), Aplicación del principio contaminador-pagador en América Latina, CEPAL, serie medio ambiente y desarrollo n.º 47, Santiago de Chile: Publicación de las Naciones Unidas.

Chesney, Marc et al. (2013), Environmental Finance and Investments, s/l: Springer.

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didático n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>

Silva, Isabel Marques da (2003), “O Princípio do Poluidor-Pagador”, Mário de Melo Rocha (coord.), Estudos de Direito do Ambiente: Actas das Sessões do Seminário de 2002 de Direito do Ambiente, Coimbra: Publicações Universidade Católica, pp. 97-133.

Legislação principal

Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho (Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais): <http://tinyurl.com/mnj38rx>

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Jurisprudência

Acórdão Raffinerie Mediterranee Spa e outros, de 9 de Março de 2010, Proc. n.º C-378/08, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 26 de Outubro de 2010.

Acórdão Total, de 24 de Junho de 2008, Proc. n.º C-188/07, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 26 de Outubro de 2010.

Lição n.º 7 – Os princípios da correcção na fonte, da reposição da situação anterior e da responsabilidade

Sumário

1. O princípio da correcção na fonte. Noção e exemplos.
2. O princípio da reposição da situação anterior. Noção e exemplos.
3. O princípio da responsabilidade. Noção e exemplos.

Conteúdos

1. O princípio da correcção na fonte: noção e exemplos

A intervenção deverá incidir prioritariamente sobre a origem dos danos e não sobre o resultado final. Exemplos. Distinção face ao princípio do poluidor-pagador e do utilizador-pagador.

2. O princípio da reposição da situação anterior: noção e exemplos

Nos casos em que não se consegue evitar a produção de um dano, a obrigação que deverá ser imposta prioritariamente ao seu responsável é a da reposição da situação anterior à produção do dano. Exemplos.

3. O princípio da responsabilidade: noção e exemplos

A ocorrência de um dano ambiental submete o seu autor a obrigações que o penalizam pelas consequências negativas produzidas sobre o ambiente. Exemplos. A determinação de quem punir e o tipo de punição mais eficaz a ser aplicada. A responsabilidade civil. A responsabilidade contra-ordenacional. A responsabilidade penal.

Bibliografia específica

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>

López, Tania García (2007), “El Principio de la Reparación del Daño Ambiental en el Derecho Internacional Público. Una Aproximación a su Recepción por Parte del Derecho Mexicano”, Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol. VII, pp. 481-512.

Legislação principal

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Jurisprudência

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 98A200, de 23 de Setembro de 1998, www.stj.pt, acedido a 24 de Julho de 2012 (interesses difusos; acção popular civil).

Acórdão National Farmers' Union, de 5 de Maio de 1998, Proc. n.º C-157/96, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 29 de Outubro de 2010.

Lição n.º 8 – O Princípio do Desenvolvimento Sustentável

Sumário

O princípio do desenvolvimento sustentável. Noção e exemplos.

Conteúdos

As acções das gerações actuais não deverão comprometer as condições de vida das gerações futuras. A justiça inter e intra-geracional. O desenvolvimento sustentável e o crescimento económico. As objecções à qualificação do desenvolvimento sustentável como um princípio de direito. Elementos-chave do conceito de desenvolvimento sustentável. As obrigações que resultam do princípio do desenvolvimento sustentável. Os problemas que a protecção das gerações futuras colocam ao Direito.

Bibliografia específica

- Beckman, Ludvig (2008), “Do global climate change and the interest of future generations have implications for democracy?”, *Environmental Politics*, volume 17, n.º 4, pp. 610-624.
- de-Shalit, Avner (1995), *Why Posterity Matters: Environmental policies and future generations*, London: Routledge.
- Canotilho, José Joaquim Gomes (2010), “O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional”, *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. VIII, n.º 13, pp. 7-18.
- Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>
- Dias, Augusto Silva (2008), *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo e genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Dobson, Andrew (ed.) (2002), *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability and Social Justice*, Oxford: Oxford University Press.
- Faucheux, Sylvie et al. (1998), *Sustainable Development: Concepts, Rationalities and Strategies*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Gehring, Markus W. (2006), “Competition for Sustainability: Sustainable Development Concerns in National and EC Competition Law”, *RECIEL*, vol. 15, n.º 2, pp. 172-184.
- Magraw, Daniel Barstow e Hawke, Lisa D. (2008), “Sustainable Development”, in Daniel Bodansky, Jutta Brunnée e Ellen Hey (eds.), *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, Oxford: Oxford University Press, pp. 613-638.
- Meadows, Donella et. al. (1972), *The Limits of Growth: A Report for The Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, Potomac Associates Book.
- Page, Edward A. (2007), “Intergenerational Justice of What: Welfare, Resources or Capabilities?”, *Environmental Politics*, volume 16, n.º 3, pp. 453-469.

Pallemaerts, Marc (2003), "International Law and Sustainable Development: Any Progress in Johannesburg", *RECIEL*, vol. 12, n.º 1, pp. 1-11.

Ribeiro, Gustavo Lins (1992), "Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX", *Ciência da Informação*, vol. 21, n.º 1, pp. 23-31.

Ward, Hugh (2008), "Liberal democracy and sustainability", *Environmental Politics*, volume 17, n.º 3, pp. 386-409.

Weiss, Edith Brown et al. (2008), *Reconciling Environment and Trade*, second edition, Danvers: Martinus Nijhoff Publishers.

Westra, Laura (2006), *Environmental Justice and the Rights of Unborn and Future Generations: Law, Environmental Harm and the Right to Health*, London: Earthscan.

Recursos on-line

Sustainable Development Knowledge Platform (United Nations)

<http://sustainabledevelopment.un.org/>

United Nations Documents – Sustainable Development

<http://www.un-documents.net/k-001303.htm>

Legislação principal

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Lição n.º 9 – Os princípios de política pública: integração, cooperação internacional e participação*Sumário*

1. O princípio da integração. Noção e exemplos.
2. O princípio da cooperação. Noção e exemplos.
3. O princípio da participação. Noção e exemplos.

*Conteúdos**1. O princípio da integração: noção e exemplos*

O carácter transversal da protecção ambiental. A necessidade de incluir a protecção do ambiente em várias políticas públicas. Exemplos.

2. O princípio da cooperação: noção e exemplos

A dimensão transnacional da protecção do ambiente. As dificuldades da cooperação internacional. A cooperação bilateral e multilateral. Exemplos.

3. O princípio da participação: noção e exemplos

A colaboração e o envolvimento da sociedade civil no processo de discussão e aprovação das medidas de protecção ambiental. Exemplos.

Bibliografia específica

Amundsen, Eirik S. e Schöb, Ronnie (1999), “Environmental taxes on exhaustible resources”, *European Journal of Political Economy*, vol. 15, pp. 311-329.

Bombay, Peter (2001), “The Role of NGOs in Shaping Community Positions in International Environmental Fora”, *RECIEL*, vol. 10, n.º 2, pp. 163-167.

Crossen, Teall e Niessen, Veronique (2007), “NGO Standing in the European Court of Justice – Does the Aarhus Regulation Open the Door?”, *RECIEL*, vol. 16, n.º 3, pp. 332-340.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 3: Os princípios do Direito do Ambiente*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3482>

DeMarco, Jerry V. e Campbell, Michelle L. (2004), “The Supreme Court of Canada's Progressive Use of International Environmental Law and Policy in Interpreting Domestic Legislation”, *RECIEL*, vol. 13, n.º 3, pp. 320-332.

Gillespie, Alexander (2006), “Facilitating and Controlling Civil Society in International Environmental Law”, *RECIEL*, vol. 15, n.º 3, pp. 327-338.

Hunold, Christian (2005), “Green Political Theory and the European Union: The Case for a Non-Integrated Civil Society”, *Environmental Politics*, vol. 14, n.º 3, pp. 324-343.

Lafferty, William M. e Hovden, Eivind (2003), “Environmental Policy Integration: Towards an Analytical Framework”, *Environmental Politics*, vol. 12, n.º 3, pp. 1-22.

- Mucklow, Fiona (2000), “The Integration of Environmental Principles into the World Bank”, *RECIEL*, vol. 9, n.º 2, pp. 100-111.
- Rajamani, Lavanya (2003), “From Stockholm to Johannesburg: The Anatomy of Dissonance in the International Environmental Dialogue”, *RECIEL*, vol. 12, n.º 1, pp. 23-32.
- Rodenhoff, Vera (2002), “The Aarhus Convention and its Implications for the 'Institutions' of European Community”, *RECIEL*, vol. 11, n.º 3, pp. 343-357.
- Schmidt, Rafael Vitória (2010), “Os Direitos Humanos e o Direito Internacional do Meio Ambiente”, *Unesco & Ciência – ACSA*, vol. 1, n.º 1, pp. 71-77.
- Yamin, Farhana (2001), “NGOs and International Environmental Law: A Critical Evaluation of their Roles and Responsibilities”, *RECIEL*, vol. 10, n.º 2, pp. 149-162.

Legislação principal

Convenção de Aarhus sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria do Ambiente (1998)

<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar11-2003.pdf>

Lei n.º 35/98, de 18 de Julho (Estatuto das Organizações Não-Governamentais de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=755&tabela=leis

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Jurisprudência

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 136/2005, de 15 de Março de 2005, www.tribunalconstitucional.pt, acedido a 24 de Julho de 2012.

Acórdão Stockholms kommun genom dess marknämnd, de 15 de Outubro de 2009, Proc. n.º C-263/08, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 2 de Maio de 2013.

Capítulo III

O Ordenamento Jurídico

Ambiental

Neste capítulo iremos identificar as principais normas nacionais e europeias que regulam a protecção ambiental. Por ser uma matéria muito extensa, iremos restringir-nos principalmente às normas que consagram os direitos e os deveres ambientais e àquelas que dão corpo aos principais instrumentos normativos utilizados para a defesa do ambiente.

Objectivos específicos de aprendizagem

No final deste capítulo, pretende-se que as/os estudantes sejam capazes de:

- a) Indicar os diplomas normativos nacionais e europeus fundamentais para a protecção do ambiente.
- b) Caracterizar o ambiente como uma tarefa do Estado e como um direito subjectivo fundamental.
- c) Explicar a influência do Direito Europeu na protecção do ambiente em Portugal.
- d) Compreender a importância dos meios de defesa contenciosos e não contenciosos (individuais e colectivos) para a protecção do ambiente.

Lição n.º 10 – A Constituição Portuguesa e a Lei de Bases da Política de Ambiente

Sumário

1. A Constituição Portuguesa.
 - 1.1. O ambiente como direito subjectivo fundamental.
 - 1.2. Os interesses difusos.
2. Lei de Bases da Política de Ambiente.

Conteúdos

1. A Constituição Portuguesa

A origem e a função da Constituição. A estrutura da Constituição. A denominada Constituição do Ambiente.

1.1. O ambiente como direito subjectivo fundamental

O artigo 66.º da Constituição. A dimensão colectiva e individual do direito ao ambiente.

1.2. Os interesses difusos

Noção. Distinção entre interesses difusos, interesses colectivos e interesses subjectivos. Instrumentos existentes para a protecção dos interesses difusos.

2. Lei de Bases da Política de Ambiente

A codificação das normas ambientais. A evolução das leis de bases do ambiente. A estrutura da Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril.

Bibliografia específica

Canotilho, José Joaquim Gomes (2010), “O Princípio da sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional”, *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. VIII, n.º 13, pp. 7-18.

Canotilho, José Joaquim Gomes (1998), *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa: Universidade Aberta.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 4: Ordenamento jurídico ambiental*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3483>

Gomes, Carla Amado (2006), *Constituição e Ambiente: errância e simbolismo*, *Panóptica*, n.º 3, pp. 27-47.

Gomes, Carla Amado e Antunes, Tiago (2010), *Actas do Colóquio “A Revisão da Lei de Bases do Ambiente”*, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

Maior, Mariana Sotto (1998), “O Direito de Acção Popular na Constituição da República Portuguesa”, *Documentação e Direito Comparado*, n.º 75/76, pp. 239-272.

Otero, Paulo (1999), “A acção popular: configuração e valor no actual direito português”, *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 59, vol. III, pp. 871-893, <http://www.oa.pt/upl/%7Bc2d6cd49-2a30-4cd6-9481-2791485902b2%7D.pdf>, acedido a 29 de Dezembro de 2014.

- Ruschel, Caroline Vieira (2007), “O Dever Fundamental de Proteção Ambiental”, *Direito & Justiça*, vol. 33, n.º 2, pp. 231-266.
- Santilli, Juliana (2009), “Direito ao Ambiente Sadio: Jurisprudência Nacional e Internacional”, *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n.º 4, pp. 135-149.
- Serra, Pedro Cunha (2002), A Evolução do Direito Português do Ambiente nos Últimos 25 Anos, *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, vol. 7, n.º 4, pp. 5-22.
- Silva, Vasco Pereira da (2011), O que deve conter uma Lei de Bases do Ambiente para o séc. XXI?, in Carla Amado Gomes e Tiago Antunes, *Actas do Colóquio "A Revisão da Lei de Bases do Ambiente*, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, pp. 9-14.
- Varela, Luciana Krempel (2010), “As Tutelas Constitucional e Penal do Meio Ambiente”, *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. VIII, n.º 13, pp. 75-102.

Legislação principal

Código de Processo nos Tribunais Administrativos: <http://tinyurl.com/kggcus2>

Código do Procedimento Administrativo: <http://tinyurl.com/pu547t2>

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto (Direito de Participação Procedimental e Acção Popular)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=722&tabela=leis

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Jurisprudência

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 98A200, de 23 de Setembro de 1998, www.stj.pt, acedido a 24 de Julho de 2012 (interesses difusos; acção popular civil).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 98B1090, de 14 de Abril de 1999, www.stj.pt, acedido a 24 de Julho de 2012 (interesses difusos; direito de acção popular).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 00A413, de 27 de Junho de 2000, www.stj.pt, acedido a 24 de Julho de 2012 (direito subjectivo fundamental).

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 06A636, de 9 de Maio de 2006, www.dgsi.pt, acedido a 10 de Agosto de 2011 (interesses difusos; colisão de direitos).

Lição n.º 11 – Direito Europeu Ambiental

Sumário

- 1 – A influência do Direito Europeu.
- 2 – O Direito Europeu originário.
- 3 – O Direito Europeu derivado: as directivas e os regulamentos.

Conteúdos

1 – A influência do Direito Europeu

A evolução da protecção do ambiente na União Europeia. A cooperação entre os Estados-Membros. A repartição da competência legislativa entre a União e os Estados-Membros. A relação hierárquica entre o direito nacional e o direito europeu.

2 – O Direito Europeu originário

As normas ambientais no Tratado da União Europeia. As normas ambientais no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

3 – O Direito Europeu derivado: as directivas e os regulamentos

Noção de directiva; termos de aplicação na ordem interna; exemplos. Noção de regulamento; termos de aplicação na ordem interna; exemplos.

Bibliografia específica

Collins, Lynda (2007), “Environmental Rights for the Future? Intergenerational Equity in the EU”, *RECIEL*, vol. 16, n.º 3, pp. 321-331.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 4: Ordenamento jurídico ambiental*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3483>

Krämer, Ludwing (2002), *Casebook on EU Environmental Law*, Portland: Hart Publishing.

Unfried, Martin (2000), “The Cardiff Process: the Institutional and Political Challenges of Environmental Integration in the EU”, *RECIEL*, vol. 9, n.º 2, pp. 112-119.

Recursos on-line

Sétimo Programa de Acção em Matéria de Ambiente

<http://ec.europa.eu/environment/newprg/index.htm>

Síntese da legislação da União Europeia – Ambiente

<http://tinyurl.com/muwezpp>

União Europeia por Temas – Ambiente

http://europa.eu/pol/env/index_pt.htm

Legislação principal

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:083:0389:0403:pt:PDF>

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/index_pt.htm

Jurisprudência

Acórdão Comissão Europeia vs. França, de 4 de Março de 2010, Proc. n.º C-241/08,

<http://curia.europa.eu>, acedido a 26 de Outubro de 2010.

Acórdão Comissão Europeia vs. República Checa, de 10 de Junho de 2010, Proc. n.º C-378/09,

<http://curia.europa.eu>, acedido a 26 de Outubro de 2010.

Capítulo IV

Os modelos de regulação do ambiente

Neste capítulo iremos conhecer os principais tipos de modelos de regulação da política ambiental e a multiplicidade de instrumentos normativos que eles utilizam para atingir os respectivos objectivos.

Atendendo ao protagonismo da Administração Pública na regulamentação jurídica dos problemas ambientais, será ainda analisado o procedimento administrativo, enquanto mecanismo de formação e manifestação de vontade pela Administração Pública, e o contencioso administrativo, enquanto instrumento de controlo jurisdicional da actividade administrativa.

Objectivos específicos de aprendizagem

No final deste capítulo, pretende-se que as/os estudantes sejam capazes de:

- a) Identificar e caracterizar os modelos de regulação da política ambiental.
- b) Enunciar as vantagens e as desvantagens de cada um dos modelos de regulação.
- c) Indicar e caracterizar os principais instrumentos utilizados na prossecução da política ambiental.
- d) Demonstrar a relevância da avaliação de impacte ambiental.
- e) Explicar a importância do procedimento administrativo para a protecção do ambiente.
- f) Fundamentar a necessidade do contencioso administrativo e a especificidade colocada pelas questões ambientais.

Lição n.º 12 – Os modelos de regulação do ambiente

Sumário

- 1 – O modelo de comando e controlo.
- 2 – O modelo de mercado ou livre.
- 3 – O modelo misto.

Conteúdos

1 – O modelo de comando e controlo

Os comportamentos a adoptar são impostos por comandos jurídicos ou administrativos e o seu cumprimento é objecto de controlo pela máquina administrativa e judicial. Exemplos. Vantagens e desvantagens.

2 – O modelo de mercado ou livre

Acentua a ideia de auto-regulação dos intervenientes no mercado (indivíduos e organizações), no qual a concertação de diferentes interesses possibilita a melhor distribuição de benefícios e prejuízos para todos. Exemplos. Vantagens e desvantagens.

3 – O modelo misto

Combinação de instrumentos de comando e controlo com instrumentos de mercado. Exemplos. Vantagens e desvantagens.

Bibliografia específica

Anderson, Terry L. e Leal, Donald R. (2001), *Free Market Environmentalism*, Revised Edition, New York: Palgrave.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 5: A Protecção do Ambiente: Modelos de Regulação e Instrumentos*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3484>

Durant, Robert F. et. al. (ed.) (2004), *Environmental Governance Reconsidered: Challenges, Choices, and Opportunities*, Cambridge: The MIT Press.

European Commission (2014), *Public risk perception and environmental policy*, <http://tinyurl.com/ng5fhpl>, acessado a 29 de Dezembro de 2014.

Faucheux, Sylvie e Joumni, Haitham (2005), *Économie et politique des changements climatiques*, Paris: Éditions La Découverte.

Fiorino, Daniel J. (2006), *The New Environmental Regulation*, Cambridge: The MIT Press.

Goodstein, Eban S. e Polansky, Stephen (2014), *Economics and the Environment*, seventh edition, s/l: Wiley.

Jordan, Andrew et al. (2003), “‘New’ Instruments of Environmental Governance: Patterns and Pathways of Change”, *Environmental Politics*, vol. 12, n.º 1, pp. 3-24.

- Keohane, Nathaniel et al. (1998), "The Choice of Regulatory Instruments in Environmental Policy", *Harvard Environmental Law Review*, vol. 22, pp. 313-367.
- Maças, Maria Fernanda (2000), "Os Acordos Sectoriais com um Instrumento da Política Ambiental", *CEDOUA*, n.º 1.2000, pp. 37-54.
- Margulis, Sergio (1998), *A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Mazmanian, Daniel A. e Kraft, Michael E. (2009), *Toward Sustainable Communities: Transition and Transformation in Environmental Policy*, second edition, Cambridge: The MIT Press.
- Mulatu, Abay (2010), "Environmental Regulation and Industry Location in Europe", *Environmental & Resource Economics*, n.º 45, pp. 459-479.
- Prakash, Aseem (2003), *Greening the Firm: The Politics of Corporate Environmentalism*: Cambridge: Cambridge University Press.
- Rechtschaffen, Clifford, et al. (2009), *Environmental Justice: Law, Policy & Regulation*, Durham: Carolina Academic Press.
- Sousa, Marcelo Rebelo de e Gomes, Carla Amado (2011), *Estudos de Direito do Ambiente e de Direito do Urbanismo*, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.
- Stenmark, Mikael (2002), "The Relevance of Environmental Ethical Theories for Policy Making", *Environmental Ethics*, vol. 24, pp. 135-148.
- Teubner, Gunther (1983), "Substantive and Reflexive Elements in Modern Law", *Law & Society Review*, volume 17, n.º 2, pp. 239-285.
- Zito, Anthony R. et al. (2003), "Instrument Innovation in an Environmental Lead State: 'New' Environmental Policy Instruments in the Netherlands", *Environmental Politics*, volume 12, n.º 1, pp. 157-178.

Lição n.º 13 – Instrumentos da política de ambiente. Planeamento

Sumário

1 – Instrumentos da política de ambiente.

2 – Planeamento ambiental.

Conteúdos

1 – Instrumentos da política de ambiente

Identificação dos vários instrumentos utilizados para a implementação de uma política de ambiente.

2 – Planeamento ambiental

Noção de planeamento. O planeamento na Constituição. Noção de planeamento ambiental. Exemplos. O valor jurídico dos planos. A vinculação jurídica aos planos e as obrigações jurídicas que resultam dos planos.

Bibliografia específica

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 5: A Protecção do Ambiente: Modelos de Regulação e Instrumentos, <http://hdl.handle.net/10400.2/3484>

Frade, Catarina Cláudia Ferreira (1999), A Componente Ambiental no Ordenamento do Território, Lisboa: Conselho Económico e Social.

Leitão, Maria Adelaide Teles de Menezes Correia (1996), “O Planeamento Administrativo e a tutela do ambiente”, Revista da Ordem dos Advogados, ano 56, volume I, pp. 209-289.

Vaz, Manuel Afonso (1990), Direito Económico: A Ordem Económica Portuguesa, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.

Legislação principal

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Lição n.º 14 – Licenciamento, autorização e concessão. Áreas de protecção ambiental.*Sumário*

- 1 – Licenciamento.
- 2 – Autorização.
- 3 – Concessão.
- 4 – Áreas de protecção ambiental.

Conteúdos

- 1 – Licenciamento.
Noção. Exemplos.
- 2 – Autorização.
Noção. Exemplos. Distinção entre licenciamento e autorização.
- 3 – Concessão.
Noção. Exemplos. Distinção entre licenciamento e concessão.
- 4 – Áreas de protecção ambiental.
Noção. Exemplos. Classificação de áreas de protecção ambiental. Vantagens e desvantagens.

Bibliografia específica

- Amaral, Freitas do (1989), *Direito Administrativo*, Volume III, lições, mimeo, Lisboa: s/e.
- Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 5: A Protecção do Ambiente: Modelos de Regulação e Instrumentos*, <http://hdl.handle.net/10400.2/3484>
- Gomes, M. Teresa (2003), “Planeamento e Participação Pública em Áreas Protegidas – O Parque Natural do Douro Internacional”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, vol. XIX, pp. 415-428.
- López-Pujol. Jordi (ed.) (2011), *The Importance of Biological Interactions in the Study of Biodiversity*, Rijeka: InTech.
- Pardal, Sidónio (2004), *Estudo sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos*, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Reid, Walter V. e Miller, Kenton R. (1989), *Keeping Options Alive: The Scientific Basis for Conserving Biodiversity*, Washington DC: World Resources Institute.

Recursos on-line

- European Nature Information System: <http://eunis.eea.europa.eu/>
- European Topic Centre on Biological Diversity: <http://bd.eionet.europa.eu/>
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: <http://www.icnf.pt/portal>
- Natura 2000 Network Viewer: <http://natura2000.eea.europa.eu>

Legislação principal

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro (Titularidade dos recursos hídricos)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1377&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho (Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade): http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1369&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto (Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1058&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional)

<http://www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult2/decreto-lei-n-73-2009-de>

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Lição n.º 15 – Avaliação ambiental. Informação ambiental. Certificações.*Sumário*

- 1 – Avaliação ambiental.
- 2 – Informação ambiental.
- 3 – Certificações.

*Conteúdos**1 – Avaliação ambiental*

A função da avaliação. A avaliação de impacte ambiental (AIA). Noção de projecto. A dispensa do procedimento de AIA. Declaração de impacte ambiental.

2 – Informação ambiental

O acesso à informação ambiental. O dever de divulgação de informação pelas autoridades públicas.

3 – Certificações

Noção. Exemplos.

Bibliografia específica

- Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 5: A Protecção do Ambiente: Modelos de Regulação e Instrumentos, <http://hdl.handle.net/10400.2/3484>
- European Commission (2006), Clarification of the Application of the Article 2(3) of the EIA Directive, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Gillespie, Alexander (2008), “Environmental Impact Assessments in International Law”, RECIEL, vol. 17, n.º 2, pp. 221-233.
- Kooten, G. Cornelis van e Bulte, Erwin H. (2000), “The ecological footprint: useful science or politics”, Ecological Economics, vol. 32, pp. 385-389.
- Morgera, Elisa (2005), “An Update on the Aarhus Convention and its Continued Global Relevance”, RECIEL, vol. 14, n.º 2, pp. 138-147.
- Prakash, Aseem e Potoski, Matthew (2006), The Voluntary Environmentalists: Green Clubs, ISO 14001, and Voluntary Regulations, Cambridge: Cambridge University Press.

Recursos on-line

- Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos: <http://www.cada.pt/>
- Eco-Management and Audit Scheme (EMAS): http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm
- Ecolabel: http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/index_en.htm
- International Organization for Standardization – ISO 14000 – Environmental Management
<http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm>

Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental: <http://siaia.apambiente.pt/>

Legislação principal

Código do Procedimento Administrativo

<http://tinyurl.com/pu547t2>

Constituição Portuguesa

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Convenção de Aarhus sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria do Ambiente (1998)

<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar11-2003.pdf>

Lei n.º 19/2006 (Acesso à informação sobre ambiente):

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=842&tabela=leis

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (Regime de avaliação dos efeitos de planos e programas)

<http://tinyurl.com/l4dwws4>

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro (Regime da avaliação de impacte ambiental)

<http://tinyurl.com/kay4k2d>

Jurisprudência

Acórdão Abraham e. A., de 28 de Fevereiro de 2008, Proc. n.º C-2/07, Recueil de la Jurisprudence de la Cour de Justice, 2008, p. I – 1223.

Acórdão CODA, de 25 de Julho de 2008, Proc. n.º C-142/07, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 06 de Maio de 2013.

Acórdão Comissão vs Irlanda, de 21 de Setembro de 1999, Colectânea de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, 1999, p. I – 5929.

Acórdão Djurgården-Lilla Värtans Miljöskyddsförening, de 15 de Outubro de 2009, Proc. n.º C-263/08, <http://curia.europa.eu/>, acedido a 06 de Maio de 2013.

Acórdão Kraaijeveld e O., de 24 de Outubro de 1996, Proc. n.º C-72/95, Colectânea de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, 1996, p. I – 5431.

Acórdão WWF e O., de 16 de Setembro de 1999, Proc. n.º C-435/97, Colectânea de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, 1999, p. I – 5637.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 136/2005, de 15 de Março de 2005, www.tribunalconstitucional.pt, acedido a 24 de Julho de 2012.

Lição n.º 16 – Instrumentos económico-financeiros e fiscais. Emergência ambiental.**Fiscalização e controlo.***Sumário*

- 1 – Instrumentos económico-financeiros e fiscais.
- 2 – Emergência ambiental.
- 3 - Fiscalização e controlo.

*Conteúdos**1 – Instrumentos económico-financeiros e fiscais*

Fundamentos para a sua utilização. Exemplos. Impostos, taxas, tarifas e preços. Instrumentos de apoio financeiro. Instrumentos de compensação ambiental. Instrumentos contratuais. Prestações e garantias financeiras. Instrumentos de mercado.

2 - Emergência ambiental

Noção. Exemplos.

3 – Fiscalização e controlo

Vistoria, inspecção e auditoria. Exemplos. Vantagens e desvantagens.

Bibliografia específica

Barde, Jean Philippe (2007), “Historia y evolución de los instrumentos fiscales relacionados com el medio ambiente en países de la OCDE”, Instituto Nacional de Ecología, <http://www2.ine.gob.mx/publicaciones/libros/373/historia.html>, acedido a 29 de Dezembro de 2014.

Costa, Paulo Manuel (2014), Recurso Didáctico n.º 5: A Protecção do Ambiente: Modelos de Regulação e Instrumentos, <http://hdl.handle.net/10400.2/3484>

Fullerton, Don, et al. (2010), "Environmental Taxes", in Don Fullerton, Andrew Leicester e Stephen Smith, Dimensions of Tax Design, Oxford: Oxford University Press, pp. 428-549, http://works.bepress.com/don_fullerton/37, consultado a 29 de Dezembro de 2014.

Franco, Sousa (2012), Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4.ª edição, 14.ª Reimpressão, Coimbra: Almedina.

Jagers, Sverker C. e Hammar, Henrik (2009), “Environmental taxation for good and for bad: the efficiency and legitimacy of Sweden's carbon tax”, Environmental Politics, vol. 18, n.º 2, pp. 218-237.

Maças, Fernanda (2000), “Acordos Sectoriais como um Instrumento da Política Ambiental”, Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, n.º 1/3, pp. 37-54.

Salas, Wendy (2007), “Consideraciones sobre la Tributación Medioambiental e su Concepción en el Ámbito Internacional”, Revista Voces: Tecnología y pensamiento, vol. 2, n.ºs 1-2, pp. 61-73.

Soares, Cláudia Alexandra Dias (2001), O Imposto Ecológico – Contributo para o estudo dos instrumentos económicos de defesa do ambiente, Coimbra: Coimbra Editora.

Vaz, Manuel Afonso (1990), Direito Económico: A Ordem Económica Portuguesa, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora.

Xavier, Alberto (1981), Manual de Direito Fiscal, Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.

Legislação principal

Lei n.º 19/2014, de 14 de Abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2091&tabela=leis&nversao

Lição n.º 17 – Procedimento administrativo. Direito Processual Administrativo.

Sumário

1 – Procedimento administrativo e ambiente.

2 – Contencioso administrativo.

Conteúdos

1 – Procedimento administrativo e ambiente

Noção de procedimento administrativo. A composição de interesses. Participação. Interesses difusos.

2 – Contencioso administrativo

Noção. As especificidades da tutela jurisdicional administrativa do ambiente.

Bibliografia específica

Canotilho, José Joaquim Gomes (1998), *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa: Universidade Aberta.

Dias, José Eduardo de Oliveira Figueiredo (1997), *Tutela Ambiental e Contencioso Administrativo (Da legitimidade processual e das suas consequências)*, Coimbra: Coimbra Editora.

Legislação principal

Código de Processo nos Tribunais Administrativos

<http://tinyurl.com/kggcus2>

Código do Procedimento Administrativo

<http://tinyurl.com/pu547t2>

Capítulo V

A reacção às condutas violadoras do ambiente

Neste capítulo iremos analisar o modo como as condutas que produzem dano sobre o ambiente podem ser punidas. Para isso, procuraremos perceber as razões que fazem com que certo tipo de sanções sejam preferidas face a outras, tendo em conta, nomeadamente, a sua eficácia na protecção do ambiente e na prevenção de novas acções danosas.

Objectivos específicos de aprendizagem

No final deste capítulo, pretende-se que as/os estudantes sejam capazes de:

- a) Apreciar criticamente a aplicação do instituto da responsabilidade civil à protecção dos bens ambientais.
- b) Indicar as várias modalidades possíveis para efectivar a responsabilidade civil ambiental.
- c) Apreciar criticamente a eficácia da tutela penal do ambiente.
- d) Enunciar os crimes ambientais previstos na ordem jurídica portuguesa.
- e) Compreender a importância do direito de mera ordenação social na tutela do ambiente.
- f) Apreciar criticamente a dupla função, repressiva e preventiva, do direito de mera ordenação social.

Lição n.º 18 – A responsabilidade criminal pela violação do ambiente

Sumário

- 1 – A protecção do ambiente pelo Direito Penal.
- 2 – Os crimes ambientais no Direito Penal Português.
- 3 – A responsabilidade penal das pessoas colectivas.

Conteúdos

1 – A protecção do ambiente pelo Direito Penal

A extensão da responsabilidade penal ao ambiente. Críticas. O dano ambiental acumulado.

2 – Os crimes ambientais no Direito Penal Português

Distinção entre crime de dano e crime de perigo. Distinção entre crimes de perigo abstracto e de perigo concreto. Os crimes ambientais como crimes de perigo. Crimes ambientais no Código Penal.

3 – A responsabilidade penal das pessoas colectivas

A punição penal das pessoas colectivas. A responsabilidade dos dirigentes. O conhecimento colectivo. A responsabilidade severa. As penas aplicadas às pessoas colectivas.

Bibliografia específica

Beleza, Teresa Pizarro (1985), *Direito Penal*, 1.º volume, 2.ª edição revista e actualizada, policopiado, Lisboa: AAFDL.

Beleza, Teresa Pizarro (1983), *Direito Penal*, 2.º volume, policopiado, Lisboa: AAFDL.

Bravo, Jorge dos Reis (1997), *A Tutela Penal dos Interesses Difusos: A Relevância Criminal na Protecção do Ambiente, do Consumo e do Património Cultural*, Coimbra: Coimbra Editora.

Canotilho, José Joaquim Gomes (coord.) (1998), *Introdução ao Direito do Ambiente*, Lisboa: Universidade Aberta.

Clifford, Mary (1998), *Environmental Crime: Enforcement, Policy, and Social Responsibility*, Gaithersburg: Aspen Publishers.

Correia, Eduardo (1971), *Direito Criminal*, Coimbra: Livraria Almedina.

Costa, Paulo Manuel (2014), *Recurso Didáctico n.º 6: Responsabilidade criminal pela violação do ambiente*, <http://hdl.handle.net/10400.2/2776>

Dias, Augusto Silva (2008), *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo e genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora.

Direcção-Geral da Política de Justiça (2014), *Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime*, <http://www.siej.dgpi.mj.pt>, acedido a 5 de Dezembro de 2014.

- Direcção-Geral da Política de Justiça (2013a), Crimes registados pelas autoridades policiais em 2012, Destaque Estatístico n.º 18, <http://www.siej.dgpi.mj.pt>, acessido a 12 de Dezembro de 2013.
- Eurojust (2014), Strategic Project on Environmental Crime: Report, The Hague: Eurojust.
- Faria, Paula Ribeiro (1999), “Artigo 278.º”, in Jorge de Figueiredo Dias (dir.), Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo II – Artigos 202.º a 307.º, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 932-943.
- Mandiberg, Susan F. e Faure, Michael G. (2008), A Graduated Punishment Approach to Environmental Crimes: Beyond Vindication of Administrative Authority in the United States and Europe, Legal Research Paper Series n.º 2008-21, Lewis & Clark Law School, http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1275547, acessido a 29 de Dezembro de 2014.
- Moura, Souto (1996), “Crimes contra o Ambiente (Segunda parte)”, Boletim de Interesses Difusos, n.º 10, pp. 30-39.
- Rodrigues, Anabela Miranda (1999), “Artigo 279.º”, in Jorge de Figueiredo Dias (dir.), Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo II – Artigos 202.º a 307.º, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 944-978.
- Silva, Germano Marques (2003), “A Tutela Penal do Ambiente (Ensaio introdutório)”, in Mário de Melo Rocha (coord.), Estudos de Direito do Ambiente, Porto: Publicações Universidade Católica, pp. 9-21.
- Situ, Yingyi e Emmons, David (2000), Environmental Crime: The Criminal Justice System’s Role in Protecting the Environment, California: Sage Publications, Inc.
- White, Rob (2011), Transnational Environmental Crime: Toward an eco-global criminology, Oxon: Routledge.
- White, Rob (2008), Crimes Against Nature: Environmental criminology and ecological justice, Devon: Willan Publishing.

Legislação principal

Código Penal: <http://tinyurl.com/mhvgku2>

Directiva n.º 2008/99/CE, de 19 de Novembro de 2008, relativa à protecção do ambiente através do direito penal: eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32008L0099

Lição n.º 19 – A responsabilidade civil pela violação do ambiente

Sumário

- 1 – A responsabilidade civil.
- 2 – A aplicação da responsabilidade civil a danos ambientais.

Conteúdos

1 – A responsabilidade civil

Noção de responsabilidade civil. Responsabilidade subjectiva e objectiva.

2 – A aplicação da responsabilidade civil a danos ambientais

Pressupostos de aplicação da responsabilidade civil. As dificuldades da responsabilidade civil para punir os danos ambientais.

Bibliografia específica

Gomes, Carla Amado e Antunes, Tiago (2010), Actas do Colóquio “A responsabilidade civil por dano ambiental”, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

Leitão, Luís Menezes (2010), "A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente", in Carla Amado Gomes e Tiago Antunes (org.), Actas do Colóquio: A responsabilidade civil por dano ambiental, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, pp. 21-41.

Oliveira, Ana Perestrelo de (2007), Causalidade e Imputação na Responsabilidade Civil Ambiental, Coimbra: Almedina.

Oliveira, Heloísa (2011), "Instrumentos de tutela do ambiente: Responsabilidade por dano ambiental/ecológico", in Carla Amado Gomes e Tiago Antunes (org.), Actas do Colóquio "A Revisão da Lei de Bases do Ambiente", Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, pp. 169-176.

Legislação principal

Código Civil: <http://tinyurl.com/nw72ozs>

Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho (Regime Jurídico da Responsabilidade por Danos Ambientais): <http://tinyurl.com/q8o6nfx>

Lição n.º 20 - A responsabilidade contra-ordenacional pela violação do ambiente*Sumário*

- 1 – O direito de mera ordenação social.
- 2 – As contra-ordenações ambientais.

*Conteúdos**1 – O direito de mera ordenação social*

A evolução do direito de mera ordenação social. A autonomia sancionatória e processual.

2 – As contra-ordenações ambientais

As especificidades do processo contra-ordenacional em matéria ambiental. A sua eficácia. As características das contra-ordenações ambientais. As sanções acessórias.

Bibliografia específica

Canotilho, José Joaquim Gomes (1998), Introdução ao Direito do Ambiente, Lisboa: Universidade Aberta.

Legislação principal

Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro (Ilícito de Mera Ordenação Social):

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=166&tabela=leis

Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto (Lei Quadro das Contra-Ordenações Ambientais):

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1356&tabela=leis